
**ALFÂNDEGA DO
RIO DE JANEIRO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY

**COLEÇÃO
MEMÓRIA TRIBUTÁRIA**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

MINISTRO DA FAZENDA

PEDRO SAMPAIO MALAN

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

EVERARDO MACIEL

SECRETÁRIO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL

CARLOS ALBERTO BARRETO

COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

MICHIAKI HASHIMURA

COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO FISCO-CONTRIBUINTE

CLÁUDIA MARIA DE ANDRADE CARVALHO LEAL

PROJETO MEMÓRIA DA SRF

JOSÉ EDUARDO PIMENTEL DE GODOY

DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO

SUPERVISÃO EDITORIAL

DIRAT: DIRETORIA DE ATENDIMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS

DIRETORA: MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA COELHO LEAL

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

CEMAD: CENTRO DE EDITORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

COORDENADORA: GRACIA MARIA CRISTINO QUINTAS

REVISÃO TEXTUAL:

SANDRO DE CARVALHO TELES

CAPA:

RUBENS SAMPAIO DE MATOS

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

G589a

Godoy, José Eduardo Pimentel de.

Alfândega do Rio de Janeiro / José Eduardo Pimentel de Godoy. – Brasília: ESAF, 2002

[33] p.

ISBN:85-7202-019-5

1. Alfândega - Rio de Janeiro. 2. Dirigentes Alfandegários - Rio de Janeiro. I. Título

CDD 337.098153

COLEÇÃO MEMÓRIA TRIBUTÁRIA

APRESENTAÇÃO

A experiência acumulada por qualquer instituição pode e deve ser preservada para as gerações futuras. A Secretaria da Receita Federal guarda um valioso acervo de documentos e objetos, e mantém registros de sua atuação nas diferentes áreas de sua competência. Justamente por isso, o projeto “Memória da Receita Federal” vem pesquisando a história dos vários órgãos que a antecederam no comando da administração fiscal brasileira, com vistas a identificar as razões que nortearam a evolução, tanto do sistema tributário, como das estruturas organizacionais, desde os princípios da colonização até os nossos dias.

O propósito do projeto “Memória da Receita Federal” vai além de apenas documentar o passado. Busca contribuir para a consolidação da história tributária, revelar a motivação e os objetivos dos caminhos já trilhados, e, de resto, propiciar a edição de textos de referência não só para os especialistas em matéria tributária, mas para todos que tenham interesse em conhecer a história pela ótica dos impostos, como explicação, ainda que parcial, para os fatos que governam a vida do País. Assim, a Secretaria da Receita Federal, com a importante colaboração da Escola de Administração Fazendária, está lançando a Coleção Memória Tributária, conjunto de publicações que enfeixa inicialmente os trabalhos do Auditor-Fiscal da Receita Federal José Eduardo Pimentel de Godoy.

Os títulos a serem lançados nesta oportunidade são: “Dicionário de História Tributária do Brasil”, “Alfândegas de Pernambuco”, “Alfândegas do Rio de Janeiro”, “Efemérides Fazendárias”, “Tributos da França – de Clovis a Napoleão”, “As Reformas Tributárias na História do Brasil” e “Glossário de Tributos e Impostos Antigos do Mundo Inteiro”.

Inaugura esta coleção o “Dicionário de História Tributária do Brasil”, obra que, sem lugar a dúvidas, converter-se-á em valiosa ferramenta de apoio a todos aqueles que investigam a origem de nossos tributos, as razões que justificaram sua criação e suas repercussões econômicas. Ao lado dos estudos de Viveiros de Castro, de Amaro Cavalcanti e de Liberato de Castro Carreira, esse livro terá certamente um lugar na estante dos que se interessam pela evolução tributária do Brasil.

O “Dicionário de História Tributária do Brasil”, vale assinalar, não é apenas um rol de tributos, embora descreva um milhar de espécies tributárias que já vigoravam, desde o descobrimento até dias atuais. Contém verbetes especiais sobre temas como “abertura dos portos”, “administração fiscal”, “tarifas aduaneiras”, “alfândegas”, “Secretaria da Receita Federal” e “Ministros da Fazenda”. Ao lado deles, constam itens curiosos como “isenção até o fim do mundo” e “fechamento dos portos”. Esclarece, também, questões presentes em discussões contemporâneas sobre política tributária. Nele se demonstra, por exemplo, que não existe hoje no Brasil um número de tributos tão excessivo quanto se propala. Eles são em quantidade muito

menor do que os existentes nas diversas fases da nossa história. Além disso, mostra que houve, nestes quinhentos anos de Brasil, um inegável progresso na distribuição da carga tributária, na justiça fiscal e na racionalidade dos impostos e taxas. É claro que ainda há, e sempre haverá, necessidade de aperfeiçoar, de corrigir e de atualizar o sistema tributário às circunstâncias. Mas muito já foi feito e a Receita Federal pode orgulhar-se de ter contribuído expressivamente para esse aprimoramento.

A pesquisa está alicerçada em farta bibliografia, tanto de especialistas em assuntos fiscais como em obras de historiadores, além de extensos repertórios de documentação como os documentos históricos da Biblioteca Nacional, as publicações do Arquivo Nacional, os documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo, além das revistas dos diversos institutos históricos estaduais e da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em um total de alguns milhares de volumes.

O dicionário e as demais obras que integram esta Coleção darão a seus leitores uma oportunidade de conhecer a fascinante história dos tributos, à qual de algum modo sempre nos vinculamos, quer como contribuintes, quer como agentes do fisco.

Por último, um registro especial sobre o autor, José Eduardo Pimentel de Godoy. Para os que não o conhecem, deve-se dizer que é seguramente o mais preparado e dedicado pesquisador contemporâneo da história dos tributos brasileiros. Nada escapa ao seu olhar atento e à sua disciplina investigativa. Explora, com rigor metodológico, essa face da história brasileira, tão pouco conhecida e tão importante para explicar a formação do Estado e da Sociedade deste País. Sua paixão pelo tema ultrapassa o compromisso meramente profissional para converter-se em verdadeiro apostolado. Não fosse pela afronta à sua modéstia, eu diria o verdadeiro nome dessa coletânea - Coleção Godoy.

Everardo Maciel
Secretário da Receita Federal

BIOGRAFIA



José Eduardo Pimentel de Godoy, Auditor-Fiscal da Receita Federal e membro do Instituto Genealógico Brasileiro e da Academia Amparense de Letras, nasceu em 1937, na cidade de Amparo, estado de São Paulo. Em 1959 formou-se em Direito pela PUC/Campinas. Exerceu a profissão em sua cidade natal até 1970, quando ingressou na secretaria da Receita Federal. Entre outras atividades desenvolvidas nesse órgão, foi diretor da Casa dos Contos de Ouro Preto no período de 1983 a 1985, Assessor do Secretário da Receita Federal de 1988 a 1990, e, desde 1991, é o encarregado do Projeto Memória da Receita Federal. Publicou em conjunto com Tarcísio Dinoá Medeiros, "Tributos, Obrigações e Penalidades Pecuniárias de Portugal Antigo". É autor de aproximadamente 1500 crônicas e notas sobre a história dos tributos e da administração fiscal brasileira, divulgadas pelo Boletim Central da SRF. Sua obra inclui também os volumes: Alfândega do Rio de Janeiro, As Alfândegas de Pernambuco, As Reformas Tributárias da História do Brasil, Dicionário de História Tributária do Brasil, Efemérides Fazendárias, Tributos da França "de Clóvis a Napoleão" e Glossário de Tributos e Impostos Antigos do Mundo Todo. Tem 3 filhos: Maria Luisa, estudante de Biologia, José Eduardo, economista e Maria Augusta, engenheira florestal. Nas horas vagas tem-se dedicado à história regional da baixa Mogiana, no interior paulista, assunto sobre o qual já publicou nos jornais de Amparo algumas dezenas de crônicas.

SUMÁRIO

Alfândega do Rio de Janeiro	11
Provedores da Fazenda Real/Juízes da Alfândega.	13
Juízes da Alfândega	22
Inspetores da Alfândega	24
Inspetores da Receita Federal	32
Inspetores da Alfândega	33
BIBLIOGRAFIA	35

Alfândega do Rio de Janeiro

Alfândega do Rio de Janeiro... Uma casa à beira-mar.... Uma casa cuja história é das mais ricas e variadas... Mais que uma casa, um edifício público repleto de pessoas e de mercadorias... Mais que uma edificação, porta de entrada e saída de toda uma nação. Testemunhou embarques e desembarques, invasões e batalhas, tragédias e comédias. É um pouco o retrato da cidade que estende por trás dela.

Se a Alfândega de Santos merece um Camões para cantá-la, só Shakespeare seria capaz de retratar o drama humano da aduana carioca. Pois, nesta coexistiram personagens e episódios dramáticos suficientes para inúmeras peças teatrais. Talvez não seja possível encontrar o Rei Lear em seus corredores, mas certamente os fantasmas de Ricardo III e Macbeth se sentiriam à vontade em determinados períodos de sua história.

Instalada em 1566, como uma estação arrecadadora pioneira, numa área conquistada dias antes aos índios tamoios e aos invasores franceses, nunca se limitou a ser uma sonolenta repartição pública, num dos mais distantes extremos do Império Português. Converteu-se logo num pólo de sangrenta disputa política, evoluiu para ser a salvação das finanças portuguesas, e se tornou a coluna mestra das finanças do Brasil Imperial e Republicano. Mais do que isso, foi, a partir da Independência, uma casa de pessoas ilustres. Nobres, intelectuais e políticos destacados, faziam na Alfândega a sua iniciação para a vida pública ou dela retiravam o pão nosso de cada dia. Tanto assim que, ao refazer as biografias sumárias dos Inspetores, fomos obrigados a recorrer ao Dicionario Bibliographico de Sacramento Blake, onde estão arrolados todos os intelectuais do século passado, e à Encyclopedia e Dicionario Internacional Jackson, que contém as biografias dos nossos principais políticos.

Ela começou, porém, modestamente. Era chefiada, nos primeiros séculos pelos Provedores da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro, que acumulavam os cargos de Juiz e Ouvidor da Alfândega. Um de seus primeiros dirigentes foi Antônio de Mariz, celebrizado por José de Alencar, em seu romance "O Guarani", como o pai de Ceci. Durante um século sua chefia foi disputada pelos descendentes de Mariz e pela família de Salvador Correia de Sá, primo de Estácio de Sá, fundador da cidade, famílias essas que acabaram, ao contrário de Romeu e Julieta e dos Montecchio e dos Capuletos, por se unir através de um feliz matrimônio.

Em 1703, foi separada da Provedoria da Fazenda Real, passando a ser dirigida por funcionários que ocupavam exclusivamente o cargo de Juiz da Alfândega. Foi incendiada pelos franceses em 1710, perecendo heroicamente em sua defesa o Almojarife da Fazenda Real Francisco Moreira da Costa. Seu sacrifício não foi em vão; os franceses foram derrotados e Duclerc aprisionado; (morreu no carnaval seguinte, apunhalado num "cordão" por um marido ciumento... nos bons tempos em que os presos eram soltos no Carnaval...). Voltando a lembrar Shakespeare, Henrique

V teria se sentido em Azincourt ao ver os funcionários aduaneiros repelirem os corsários franceses de Duclerc.

Tornou-se a mais importante do Brasil a partir do ciclo do ouro. Em 1834, na Regência, os velhos juizes da alfândega foram substituídos pelos “inspetores da alfândega”. A primeira prova de importância do cargo foi o entrevero entre o Inspetor Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho e o Ministro da Fazenda, que acabou resultando na queda do Ministro. Foi superada por Santos, quanto às exportações, no apogeu do café, mas continuou a ser a mais rendosa para o Fisco, por causa das importações, onde sempre mantinha a liderança.

Atravessou a República como uma das maiores repartições arrecadadoras do país e como o principal instrumento de política econômica, já que por ela se regulava o fluxo das importações.

Com o advento da Receita foi transformada na Inspetoria da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro e, há pouco tempo, voltou a se chamar Inspetoria da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro.

Uma de suas antigas sedes é hoje ocupada pela Casa França-Brasil. Outra de suas instalações de outrora, a Ilha Fiscal, foi palco do último baile do Império em 1889.

Esse é o relato resumido da História de uma repartição que foi, nestes quatro séculos, o coração e a alma da Fazenda Pública no Brasil.

Para completá-lo, acrescentamos a lista de seus dirigentes, desde 1566, com ligeiros dados biográficos sobre cada um.

José Eduardo Pimentel de Godoy
Auditor-Fiscal da Receita Federal
Projeto Memória da Receita - CORAT

Provedores da Fazenda Real/Juízes da Alfândega.

ESTEVÃO PERES - Primeiro Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, nomeado por Mem de Sá, em 31 de dezembro de 1566, ocupou também, como os demais provedores das capitanias, o cargo de Juiz da alfândega local, anexa à provedoria. Personagem obscuro, dele só se sabe que veio de Ilhéus com Mem de Sá e que já era falecido em 1568. Fellisbello Freire o chama de Estevão Pires. (*FONTES:- E.O. Belchior, Conq. e Povoado. do Rio de Janeiro, 365 - Fellisbello Freire, Hist. da Cidade do Rio de Janeiro, 1:94*)

ANTÔNIO DE MARIZ - Português, chamado de Antônio de Marins Coutinho por alguns, personagem do romance "O Guarani" (seria o pai da fictícia Ceci, amada de Peri), residiu a princípio em São Paulo, onde chegou a ser membro da Câmara Municipal. Acompanhou Estácio de Sá na conquista do Rio de Janeiro, recebendo em recompensa, o ofício de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega da nova capitania, no período de 1568 a 1573. Vereador no Rio de Janeiro em 1577, foi armado cavaleiro pelo governador Antônio de Salema. Pereceu numa emboscada armada por índios hostis, na lagoa da Sentinela, em Niterói, antes de setembro de 1584. Seus descendentes constituíram verdadeira dinastia na Provedoria e Alfândega do Rio de Janeiro. (*FONTES:- E.O. Belchior, Conq. e Povoado. do Rio de Janeiro, 312 - Carvalho Franco, Dic. de Bandeirantes, 235 - E. Tourinho, Retratos Brasileiros, 30 - S.Leite, Hist. da Comp. de Jesus no Brasil, 1:308 e 415 - ABN, 82:70 e 211*)

CRISTÓVÃO DE BARROS - Junto com Brás Cubas, Tomé de Sousa, Duarte Pacheco e Mem de Sá, formou o quinteto responsável pela consolidação do domínio português no Brasil. Filho do primeiro Provedor-mor da Fazenda Real, Antônio Cardoso de Barros, devorado pelos caetés em 1566, Cristóvão de Barros veio ao Brasil em 1566, comandando uma frota de 3 galeões, em auxílio dos fundadores do Rio de Janeiro. Participou das lutas contra os franceses e tamoios e, depois, dedicou-se à produção de açúcar num engenho que formou em Magé. Esteve no Reino e de lá regressou, em 1572, com sua nomeação para os cargos de governador do Rio de Janeiro e Provedor da Fazenda Real da capitania. Em 1577, foi nomeado Provedor-mor da Fazenda Real do Brasil, ofício que exerceu até 1588. Em 1587, repeliu a invasão de um frota inglesa que atacara Salvador, agindo com extrema bravura e energia. Depois, em 1590, atacou e destruiu as tribos caetés, que haviam devorado seu pai, e, nessa ocasião, fundou a povoação de São Cristóvão, que deu origem à capitania de Sergipe. Segundo Fellisbello Freire, Cristóvão de Barros teria falecido em Portugal, mas deixou descendência na Bahia. (*FONTES:- Fr. Vicente do Salvador, Hist. do Brasil, 198 e 251 - E.O. Belchior, Conq. e Povoado. do Rio de Janeiro, 79/81 - Mello Moraes, Chronica Geral, 1:79 e 107 - Pauliceae, 1:365 - J.V. Serrão, O Rio de Janeiro no Século XVI, 87 e 124 - S.Leite, Hist. da Comp. de Jesus no Brasil, 6:552 - Acciolly, Mem. Hist. e Polit. da Prov. da Bahia, 1:420 - Varnhagen, Hist. Geral*

do Brasil, 2:29 - Mons. Pizarro e Araujo, Mem. Hist., 2:46 - Costa Porto, Nos Tempos do Visitador, 82 - ABN, 75:19 e 27; 82:202)

SALVADOR CORREIA DE SÁ (o VELHO) - Sobrinho do governador-geral Mem de Sá, um dos principais conquistadores do Rio de Janeiro, Salvador de Sá foi capitão e governador da capitania de 1577 a 1598. No período de 1580 a 1585 acumulou o cargo de Provedor da Fazenda Real e, conseqüentemente, o de Juiz da Alfândega, que lhe era anexo. (FONTES:- Roberto Macedo, *A Cidade do Rio de Janeiro, 90:92 - Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, 203 - Augusto de Carvalho, A Capitania de São Tomé, 135 - V.Cy, O Rio de Janeiro no Século XVII, 45 - Varnhagen, Hist. Geral do Brasil, 2:20)*

CONSTANTINO DE ALMEIDA - Um dos mais dedicados servidores da Fazenda Real em seu tempo. Além de prestar serviços à Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro por mais de 40 anos, ainda encontrou tempo para ser Provedor da Fazenda Real da Capitania do Espírito Santo em 1602. No Rio de Janeiro, Constantino exerceu o cargo de Provedor, ao qual estava anexo o de Juiz da Alfândega, em 1590, 1595, 1597, 1605, 1616, 1624, 1625 e 1636. (FONTES:- João Francisco de Sousa, *in Rev. de História, 70:501 - J.V. Serrão, O Rio de Janeiro no Século XVI, 2:153 - ABN, 58:41; 75:40, 54, 57, 72 e 88; 82:206 - RIHGB, 52:279)*

CRISPIM DA CUNHA TENREIRO - “Criado de Cristóvão de Barros, com quem veio de Portugal”, é o que informa Elysio Belchior sobre suas origens. Casouse, no Brasil, com D. Izabel de Mariz, filha de D. Antônio de Mariz (que seria assim, irmã da fictícia Ceci, do romance “O Guarani”), o qual era Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Crispim exerceu o ofício de Feitor e Almoxarife da Fazenda Real no Rio de Janeiro até 1588. Em 1591, exerceu o cargo de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro.

Dois anos mais tarde, foi nomeado Provedor dos Ausentes. Integrou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1587 e 1618. Ainda vivia em 1627, quando já contava 80 anos. O também Provedor da Fazenda Real Francisco da Costa Barros foi seu genro. (FONTES:- E.O. Belchior, *Conq. e Povoad. do Rio de Janeiro, 154 - AMUL, 6:291 - J.V. Serrão, O Rio de Janeiro no Século XVI, 1:167 - Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro, 1:485)*

JOÃO DE BASTO - Nomeado Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, por 3 anos, em 19 de março de 1593. Exerceu o cargo até 1596, quando participou do processo de medição e demarcação da Fazenda de Santa Cruz. Havia sido escrivão da Ouvidoria em 1579 e escrivão da Câmara em 1583. Foi eleito membro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1585, 1591 e 1592. Foi sesmeiro, tendo recebido terras no Outeiro de Jerissinonga. Já era falecido em 1603, deixando viúva D. Maria de Oliveira; era seu genro o sargento-mor João Barbosa. Sua bisneta se casou com Gonçalo Pedroso, Provedor da Fazenda Real da Capitania de São Vicente.

(*FONTES*:- Mello Moraes, *Chronica Geral*, 1:172 - J.V. Serrão, *O Rio de Janeiro no Século XVI*, 2:151 - *Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro*, XVI - *ABN*, 82:116, 250 e 263 - *Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*, 251 - E. O. Belchior, *Conq. e Povoad. do Rio de Janeiro*, 82)

FRANCISCO DE PINA - Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, nomeado por alvará de 30 de maio de 1601. Ainda ocupava esses cargos em 9 de maio e em 2 de agosto de 1606, quando prestou depoimento como testemunha num processo. (*FONTES*:- *RIHGB/AHU/SP*, 1:10 - *ABN*, 75:52)

PEDRO PEIXOTO CASTELAM - Português de Guimarães, casado com D. Antônia de Azevedo Lemos, filha do Alcaide-mor do Rio de Janeiro Francisco de Lemos de Azevedo. Exerceu o cargo de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, em data que não se pode precisar, mas que remonta aos primeiros anos do século XVII. (*FONTES*:- *Pedro Taques, Nobiliarquia*, 2:286 - *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 2:394)

DIOGO DE MARIZ LOUREIRO - Chamado de Diogo Osório Marin por Fellisbelo Freire, era provavelmente brasileiro (paulista ou carioca), filho de D. Antônio de Mariz, Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1568 (Diogo seria, portanto, irmão da fictícia Ceci, de “O Guarani”). Diogo de Mariz Loureiro foi também Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1606 e 1610. Usava o título de “Doutor” e foi casado com Paula Rangel de Macedo. Faleceu antes de abril de 1624, deixando descendentes. (*FONTES*:- *Fellisbelo Freire, Hist. da Cidade do Rio de Janeiro*, 1:79, 99 e 100 - *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 2:519)

DIOGO LOPES DE BULHÃO - Nomeado Provedor e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1609. Voltou a exercer o cargo em 13 de dezembro de 1619. Integrou a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1623, como vereador. Foi casado com D. Branca Mendes, em primeiras núpcias, e com D. Mécia Furtada, em segundas núpcias, deixando descendentes. (*FONTES*:- *AMUL*, 6:4 - *ABN*, 61:229 e 75:63 - *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 2:519)

FRANCISCO CABRAL HOMEM - Não deve ser confundido com Francisco Cabral de Távora, também Provedor da Fazenda Real. Este foi nomeado Provedor e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 17 de julho de 1609 e se manteve no cargo até 17 de setembro de 1613, pelo menos. Era casado com Ana da Fonseca, de quem teve 3 filhos. (*FONTES*:- *AMUL*, 6:9 - *ABN*, 75:62 - *Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*, 340 - *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:275).

JOÃO GOMES DA SILVA - Capitão de infantaria, governador da fortaleza de Santo Antônio, na Bahia, e capitão da fortaleza de São João, no Rio de Janeiro, foi Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em princípios do

século XVII. Casou por volta de 1610 com D. Maria de Mariz, filha do também Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega Diogo de Mariz Loureiro e de D. Paula Rangel de Macedo. (FONTE:- *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 2:277)

FRANCISCO CABRAL DE TÁVORA - Português, nascido em Beja, por volta de 1585, foi Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1616 e 1617. Casou, possivelmente em 1615, com Maria Maldonada, filha de Miguel Aires Maldonado, um dos famosos “sete capitães dos Campos dos Goitacazes”, de quem teve dois filhos. Não deve ser confundido com seu antecessor quase homônimo Francisco Cabral Homem. (FONTES:- *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:135 e 227 - *Anais do IV Congresso de Hist. Nacional*, 11:30 - *ABN*, 82:260)

FERNÃO VAZ RAPOSO - Nomeado Provedor da Fazenda e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1625. É possível que seja o mesmo Fernão Vieira Tavares, que foi provedor em São Vicente, pai do célebre bandeirante Antônio Raposo Tavares. A falta de documentos impede uma identificação segura e definitiva desse personagem. (FONTE: - *ABN*, 61:229)

DIOGO DE SÁ DA ROCHA - Provedor e Juiz da Alfândega em 1627, era casado com Brites Rangel e tinha as filhas Beatriz de Sá Soutomaior e Maria de Sá. Nada mais se sabe sobre ele, mas pelos sobrenomes dele e das filhas, parece ser membro da família baiana Rocha de Sá, aparentada com o antigo governador-geral Mem de Sá. (FONTES:- *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:198 - *ABN*, 59:153)

JOÃO DE LUCENA - Nomeado Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, por alvará de 20 de janeiro de 1627. Nada mais se sabe sobre ele. (FONTE:- *ABN*, 75:92)

JERÔNIMO DE SOUSA DE VASCONCELOS - Cavaleiro da Casa Real, Contador da Fazenda, foi nomeado Provedor e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1628, em data ignorada. Seu nome é mencionado em vários documentos fazendários redigidos nesse ano. (FONTE:- *ABN*, 59:35 e 37)

BENTO DA MOTA COSTA - Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro em 1629. Provavelmente era parente de Baltasar da Costa e de Francisco da Costa Barros, pai e filho, que também foram provedores e juizes da alfândega nessa época. (FONTE:- *ABN*, 59:39).

JOÃO BARBOSA CALHEIROS - Provedor e Contador da Fazenda Real, e Juiz da Alfândega, no Rio de Janeiro, em 1629. Sua identidade é um tanto incerta. Talvez seja o que se casou em 1655 com Izabel Cabral; mas, pode ser o mesmo sargento-mor João Barbosa, que era genro do provedor João de Basto; era certamente parente de Antônio Barbosa Calheiros, genro de Agostinho Barbalho Bezerra

e cunhado de Jerônimo Barbalho Bezerra, poderosa família que desafiou o predomínio de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. (*FONTES:- ABN, 59:121 - Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro, 1:195 - Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro, XVI*).

BALTASAR DA COSTA - Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1630, era Escrivão da Fazenda Real desde 1591. Havia integrado a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como juiz ordinário, em 1620. Seu filho, Francisco da Costa Barros, por diversas vezes, também foi provedor. (*FONTES:- ABN, 59:113; 82:127, 147, 206 e 279 - Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, 236 - Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro, 1:415 e 490*).

FRANCISCO DA COSTA BARROS - Carioca (talvez o primeiro dos chefes da alfândega natural do Rio de Janeiro), nascido por volta de 1596, filho de Baltasar da Costa e de D. Andresa de Sousa, neto, por esta, do famoso capitão João de Sousa Pereira Botafogo. Casou-se mais tarde com uma neta do ex-provedor Antônio de Mariz, filha do também ex-provedor Crispim da Cunha Tenreiro. Seu pai, Baltasar da Costa, era escrivão da Provedoria da Fazenda, e ele próprio, Francisco, ocupava esse cargo em 1641. Mas, foi Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega várias vezes: em 1630, 1632, 1635, 1643, 1644 e 1645. Em 1653 foi mandado a Portugal como procurador do povo do Rio de Janeiro, perante as Cortes de Lisboa, para pleitear medidas de saneamento econômico e administrativo da capitania, devastada pela oligarquia Correia de Sá. Foi assassinado, com dois tiros de espingarda, em 28 de abril de 1658, por Pedro de Sousa Pereira e Tomé Correia de Alvarenga, dois dos mais violentos partidários de Salvador Correia de Sá. É curioso notar que ambos os matadores também ocuparam o cargo de Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro. (*FONTES:- AMUL, 6:39, 43 e 56; 7:19 - S. Leite, Hist. da Comp. de Jesus no Brasil, 6:236 - ABN, 59:186; 75:122 e 82:317 - Varnhagen, Hist. Geral do Brasil, 3:201 e 210/211 - Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro, 1:415 e 490 - E.O. Belchior, Conq. e Povoad. do Rio de Janeiro, 132.*).

GREGÓRIO DA SILVA DE ALMEIDA - Nomeado Provedor da Fazenda Real de Pernambuco em 21 de junho de 1623, ainda se mantinha nesse ofício em 20 de fevereiro do ano seguinte. Em 9 de fevereiro de 1632, foi nomeado Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Ignoram-se quaisquer outros dados sobre este chefe aduaneiro. (*FONTE:- ABN, 61:104 e 75:101*).

DOMINGOS CORREIA - Veterano da guerra contra os holandeses, foi nomeado Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, como reconhecimento dos serviços prestados naquela campanha militar, em 31 de maio de 1635. Pouco depois, em 1637, ao que parece, foi deposto do cargo pelo grupo ligado a Salvador Correia de Sá e Benevides, sendo substituído por Pedro de Sousa Pereira. Foi reintegrado em 1642, permanecendo no cargo até 1644. Faleceu antes de 1652. (*FONTES:-*

C.R. Boxer, *Salvador de Sá*, 151/152 - AMUL, 6:25 e 30 - DHBN, 5:43 - Alberto Lamego, *A Terra Goitacá*, 52 - Taunay, *Hist. Geral das Band. Paulistas*, 5:195 - ABN, 58:248; 75:106 e 128; 61:81)

ANTÔNIO CAMELO - Foi Contador Geral do Brasil, cargo da Provedoria-Mor da Fazenda Real do Brasil, repartição central da Fazenda Real, situada em Salvador, na Bahia. Nesse cargo serviu entre 6 de dezembro de 1632 e 3 de janeiro de 1636, pelo menos. Em 4 de março de 1639 foi provido no cargo de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro. Foi também “Escrivão da Câmara de El Rei”. (FONTE:- DHBN, 16:82/83 e 17:181).

PEDRO DE SOUSA PEREIRA (I) - Um dos mais controvertidos personagens do Rio seiscentista. Se tivesse vivido na Florença de Maquiavel ou na Paris de Talleyrand, estaria num ambiente mais adequado. Açoriano, nascido em 1610, parente afim de Salvador Correia de Sá e Benevides, foi por este nomeado para o ofício de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro por volta de 1640, para o que depuseram Domingos Correia, legítimo ocupante do cargo. É verdade que uma carta régia, de 20 de julho de 1639, nomeava Pedro para esse ofício, mas ele deveria aguardar o término do mandato do titular. Logo o irriquieta açoriano envolveu-se em vários incidentes, nos quais matou um juiz de ófãos, fugiu para Castela e foi preso ao retornar. Em 1644, já absolvido, alegou que exercia a provedoria há 20 anos (sic), pelo que desejava renunciar o cargo em favor de seu filho Tomé de Sousa Corrêa. Ficou efetivamente afastado do cargo por algum tempo, mas, em 1649, já reassumira o cargo. A partir daí assumiu também as funções de Administrador Geral das Minas do Sul, com ampla jurisdição em São Paulo e Paranaguá, para onde se deslocou. Apesar de acidentado por uma queda no Caminho do Mar, que o prendeu ao leito por três meses, estimulou o bandeirismo minerador, inclusive organizando a expedição de Álvaro Rodrigues do Prado e transferindo a Casa de Fundição de Paranaguá para Iguape. Nessa época foi acusado de mais um assassinato: o do mineiro espanhol D. Jaime Comere, que teria sido jogado do alto de uma cata em Paranaguá. Foi acusado ainda da morte do ex-provedor do Rio de Janeiro, Francisco da Costa Barros, ocorrida em 1658. Em 1661, durante a rebelião de Jerônimo de Barbalho Bezerra, foi preso pelos rebeldes e remetido para o reino. Retornou depois, mas ao que parece, não conseguiu voltar logo à provedoria e à alfândega, substituído que foi por Diogo Carneiro Fontoura. Reassumiu em 1672, mas faleceu antes de 19 de novembro desse ano. (FONTES:- CMBN, 1:128, 133, 135, 137 e 198 - *Manuscritos da Casa de Cadaval*, 1:36, 176 e 274 - C.R. Boxer, *Salvador de Sá*, 152 - AMUL, 6:28, 32, 83, 86, 130, 165; 7:15 - Taunay, *Hist. Geral das Band. Paulistas*, 3:325; 5:198, 211, 220 e 223 - DHBN, 6:165; 26:90; 33:265 - *Anais do IV Congr. de Hist. Nacional*, 12:279 - ABN, 75:117).

ANTÔNIO DORTA - Cristão-novo, foi nomeado Provedor e Juiz da Alfândega em 1648. Houve veementes protestos contra sua nomeação porque, além de judeu, mantinha “loja aberta” e era devedor ao fisco de milhares de cruzados, dívida

que remontava ao tempo em que fora arrematante do Contrato dos Dízimos, de 1642 a 1647. O único dado pessoal que se conhece sobre ele é que era sobrinho e cunhado de Simão Luís. (FONTE:- *DHBN*, 4:438).

DIOGO CARNEIRO DE FONTOURA - “Moço da Guarda-Roupa de El Rei”, foi nomeado Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro em 9 de abril de 1663. Manteve-se no cargo até 27 de junho de 1672, quando lhe foi “tirada residência” (isto é, lhe foram tomadas as contas e sua administração foi investigada, por ter encerrado o seu mandato). Ganhava, em 1664, 80.000 réis anuais. Foi nomeado também Administrador Geral das Minas do Sul. Curiosamente, no princípio deste século, o historiador iguapense Ernesto Guilherme Young reclamava que não encontrara em lugar algum qualquer referência sobre quem ele fosse. A última notícia que temos dele é o alvará de licença, de 8 de abril de 1679, para “vir e ir o seu navio do Brasil fora da frota”. (FONTES:- *CMBN*, 1:182 e 186 - *AMUL*, 6:100, 108 e 127 - *DHBN*, 21:343 - *ABN*, 75:186 e 242 - *RIHG/SP*, 6:405 - *AMP*, 20:86)

JOÃO CORREIA DE FARIA - Português de Lisboa, filho do Dr. Bernardo Correia de Faria, foi nomeado Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 1663. Aparentemente, não chegou a exercer o cargo. Em 20 de outubro de 1667 foi nomeado Capitão-Mor da Capitania de São Vicente, mas também não tomou posse. Segundo Carvalho Franco, era militar, veterano de muitas batalhas, nas armadas de Rodrigo Lobo, do Marquês de Montalvão e de Salvador Correia de Sá e Benevides. Faleceu em 14 de janeiro de 1670. (FONTES:- *Carvalho Franco*, in *RAM*, 65:87 - *CMBN*, 1:148 - *DHBN*, 33:312 - *Rheingantz*, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:389)

JOSÉ DE BARCELOS MACHADO (I) - Era casado com uma bisneta do ex-provedor Antônio de Mariz. Assumiu a provedoria e a alfândega do Rio de Janeiro em 19 de novembro de 1672, sucedendo Pedro de Sousa Pereira, falecido nesse ano. Foi substituído durante um ano por João Dias da Costa, mas retornou depois ao cargo. Em 25 de abril de 1675 transferiu o ofício a Tomé de Sousa Corrêa. (FONTES:- *DHBN*, 25:157 e 26:93 - *Rheingantz*, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:216 e 2:503).

JOÃO DIAS DA COSTA - Era licenciado e havia obtido, em 1668, licença para advogar. A 9 de outubro de 1669 foi designado Tesoureiro do Donativo do Dote para a Rainha da Grã-Bretanha. Apesar de morador do Rio de Janeiro, era proprietário do ofício de Escrivão da Fazenda Real do Brasil, na Provedoria-Mor da Fazenda Real, em Salvador. Em 25 de agosto de 1673 foi nomeado Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, cargo que exerceu durante um ano. Pediu prorrogação ao Conselho Ultramarino, mas não a obteve, porque, logo depois, José de Barcelos Machado voltou a exercer o ofício de Provedor. Em 1681, alegando doença, licenciou-se do cargo de Escrivão da Fazenda Real do Brasil, sendo substi-

tuído por seu filho Francisco Dias do Amaral. Faleceu no ano seguinte. Um seu neto homônimo foi nomeado para o mesmo cargo de Escrivão da Fazenda Real do Brasil em 1713. (FONTES:- ABN, 39:117, 120 e 136 - *Catálogo Genealógico de Frei Jaboatão*, 2:653 e 661 - AMUL, 6:130 e 139 - DHBN, 61:85)

TOMÉ DE SOUSA CORREIA - Também chamado de Tomé de Sousa Pereira, era fidalgo da Casa Real e capitão da infantaria, filho de Pedro de Sousa Pereira, ex-provedor da Fazenda Real (V.Cy, erradamente, o dá como filho de Tomé Corrêa de Alvarenga, que morreu sem geração). Tendo herdado do pai a propriedade do ofício de Provedor e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, Tomé de Sousa Corrêa prestou, em 5 de março de 1674, em Portugal, o compromisso desse ofício. Nessa oportunidade, obteve também sua nomeação para Administrador-Geral das Minas do Sul. Em 1675 estava de volta ao Rio de Janeiro e assumiu o cargo, mas em 1676 teve licença para voltar ao Reino, ocasião em que surgiram acusações contra ele, de que teria fraudado o Contrato dos Dízimos e da Pesca de Baleias.

Em 1678, teve grave atrito com Lucas do Couto, concessionário da guarda dos navios, por ter interferido nesse serviço, mas, apesar desses percalços, seu prestígio deve ter aumentado na Corte, em virtude da remessa que fez dos “quintos do ouro” e da oferta de 50 cavalos para a expedição de socorro a Angola, assolada pela guerra com os régulos locais. O cargo de Administrador das Minas do Sul Tomé exerceu através de um procurador, o desembargador Pedro União de Castelo Branco. A partir de 1680 não mais exerceu o cargo de Provedor e Juiz da Alfândega, que confiou a seu irmão Pedro de Sousa Pereira (II), como seu preposto e serventuário. Aliás, nesse ano, além da “residência” de praxe, foi instalada devassa contra ele, que foi afastado do cargo, substituído por José Pereira Sarmento e pelo desembargador João da Rocha Pita. Inocentado das acusações, escreveu, em 1684, à corte portuguesa, pedindo licença para arrendar o ofício. Carvalho Franco informa que ele foi também Contador dos Contos, Conservador da Junta do Comércio, ouvidor e Governador interino do Rio de Janeiro, Vedor da Fazenda Real na Índia e Governador de Moçambique. Faleceu antes de 24 de janeiro de 1696 e fora casado com D. Cecília Gregória de Benavides Mendonça Torres e Portugal, deixando descendentes. (FONTES:- *Carvalho Franco, Hist. das Minas de S.Paulo*, 130 - ABN, 39:130/167 e 75:238 - *Manuscritos da Casa de Cadaval*, 1:242 e 440 - AMP, 20:86 - AMUL, 6:131,135, 141, 146, 156, 167 e 230 - V. Cy, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, 186 - PAN, 1:49)

JOÃO DA ROCHA PITA - Desembargador, foi nomeado Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro em 5 de outubro de 1680. Ao que parece, é o mesmo mencionado por Pedro Calmon nas notas ao *Catálogo Genealógico de Jaboatão*, 1:111. Se assim for, era pernambucano, nascido em 1636, “fez a leitura de bacharel em 1666”, e empossou-se como desembargador no Tribunal da Relação da Bahia em 1678, onde foi corregedor e chanceler. Faleceu em 1702. (FONTES:- *Catálogo Genealógico de Frei Jaboatão*, 1:111 - DHBN, 27:323)

JOSÉ PEREIRA SARMENTO - Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 1680. Nada mais se sabe sobre ele. (FONTE:- PAN, 11:10)

PEDRO DE SOUSA PEREIRA (II) - Carioca, filho do ex-provedor Pedro de Sousa Pereira, batizado em 22 de maio de 1643, foi Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro entre 1680 e 1686, ao tempo em que esse ofício pertencia ao seu irmão Tomé de Sousa Corrêa. Muito rico, concorreu magnanimamente para a fundação da Colônia de Sacramento e para a expedição a Angola e foi provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro de 1678 a 1680. Faleceu solteiro, assassinado a 20 de setembro de 1687, numa tocaia preparada por Antônio de Abreu e Lima e Francisco do Amaral Gurgel, quando se dirigia de canoa para o seu engenho em Meriti, na Baixada Fluminense. (FONTES:- AMUL, 6:150 e 179 - DHBN, 27:358 - V. Cy, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, 195, 203 e 230 - Taunay, *Hist. Geral das Band. Paulistas*, 5:224 - Carvalho Franco, *Hist. das Minas de S.Paulo*, 101).

ANTÔNIO DE MOURA - Natural de Castelo de Vide, Portugal, exerceu o ofício de Provedor e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro de 1686 a 1690, ao tempo em que Tomé de Sousa Corrêa era o proprietário desse cargo. Ao deixar a função, ficou devendo para o fisco real, o que foi objeto de uma carta régia, datada de 23 de janeiro de 1690. Faleceu em 1697, no Rio de Janeiro, onde se casara com D. Bárbara Barreta, deixando sucessão. (FONTES:- CMBN, 2:252 e 254 - DHBN, 29:315 - Rheingantz, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 2:634 - PAN, 1:49)

DOMINGOS PEREIRA FORTES - Escrivão das Execuções no Rio de Janeiro, nomeado em 1681, passou a ser Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega em 1689. Registra-se sua presença no cargo em 1692 e 1698. É possível que o tenha exercido na maior parte desse período, mas a insuficiência da documentação não permite um esclarecimento definitivo do assunto. (FONTES:- PAN, 11:12 e 36 - AMP, 20:102 - AMUL, 6:183 - ABN, 93:58)

FRANCISCO DE BRITO MEIRELES - Português, de Ponte de Lima, foi proprietário do ofício de Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, a partir de 20 de janeiro de 1694 até 1697, pelo menos. Era capitão e foi casado com D. Helena Ribeiro, de quem teve filhos. Já morava no Rio de Janeiro em 1678, ano em que integrou a Câmara Municipal como juiz ordinário. Faleceu em 1707. (FONTES:- AMP, 20:113 - AMUL, 6:221, 2228 e 232 - PAN, 11:67 - ABN, 93:21 - Rheingantz, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:268)

CLÁUDIO DO AMARAL GURGEL - Carioca, Procurador da Fazenda Real e da Coroa em 1682, envolvido, com seus parentes mais próximos, numa série tenebrosa de violências e crimes, serviu como Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, durante o governo de Sebastião de Castro Caldas, em data indeterminada, mas que se presume seja por volta de 1695. Em 1699, Cláudio

doou o terreno para a construção da Ermida de Nossa Senhora da Glória, no outeiro do mesmo nome. Foi um dos mais ativos e beneméritos provedores da Santa Casa de Misericórdia, para quem legou, por testamento, uma chácara. Era, pois, apesar de seu passado violento, bastante religioso. Mais tarde, ordenou-se sacerdote e foi vigário de Ouro Preto, durante a Guerra dos Emboabas. Como desembargador, em 1709, sofrera um atentado, no qual foi ferido a tiros. Em 1712, servia como vigário em Campo Grande, quando foi assassinado, à porta da igreja. Para completar essa personalidade heterogênea, resta informar que ele também tinha a patente de capitão e construiu, à sua própria custa, o forte denominado da Carioca, no sopé do outeiro da Glória. . (FONTES:- ABN, 39:321, 340 e 342 - RAPM, 20:491 - V. Cy, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, 230 - PAN, 11:15 - RIHGB, 55:1^a/212- *Vieira Fazenda, Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro*, 68).

JOÃO MONTEIRO DA FONSECA - Era filho do Ouvidor do mesmo nome e nasceu em 1643. Servia como Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, conforme documento datado de 2 de janeiro de 1697. Nessa época, era juiz ordinário, integrante da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e não procedeu bem, tendo sido repreendido pelo Conselho Ultramarino, em razão de seu comportamento na devassa para apurar a morte do mestre de açúcar Francisco de Barros. Era sogro de José de Barcelos Machado, filho do provedor homônimo. Faleceu a 14 de julho de 1697. (FONTES:- ABN, 39:233 e 102:71 - PAN, 11:54 - *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:216 e 2:610).

FRANCISCO INÁCIO DE SOUSA - Nomeado Provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro em 17 de março de 1702. Era proprietário desse ofício e o manteve até 1714, quando, por sua morte, foi sucedido por Francisco do Amaral Gurgel. Em 1705, porém, deixou de chefiar a Alfândega, que foi desligada da Provedoria, por ordem do Rei. (FONTES:- AMUL, 6:356 - PAN, 1:161 - ABN, 93:115)

Juízes da Alfândega

MANUEL CORREIA VASQUES - Bacharel por Coimbra em 1701, aparentado com os Correia de Sá, coronel do regimento da nobreza do Rio de Janeiro, superintendente da arrecadação de vários impostos, foi o primeiro a ocupar o cargo de Juiz da Alfândega, depois que este foi separado do de Provedor da Fazenda Real da Capitania, em 1703. Mas ocupou interinamente, por diversas vezes, o cargo de Provedor da capitania: em 1705, 1707, 1720, 1724 e 1726. Em 1710, na sua gestão, a Alfândega foi palco de violenta batalha entre os corsários franceses de Duclerc e os funcionários aduaneiros, auxiliados pelo batalhão de estudantes. No combate, o prédio foi incendiado, explodindo o armazém de pólvora, ocasião em que morreram vários defensores, inclusive o Almojarife da Fazenda Real Francisco Moreira da Costa.

O edifício foi reconstruído, e Manuel Correia Vasques permaneceu no cargo. Ele foi também Alcaide Mor do Rio de Janeiro em 1730, ofício que pertencia ao seu parente, o Visconde de Asseca. Em 1739, aos 64 anos, renunciou ao ofícios de Juiz e Ouvidor da Alfândega, em favor de seu sucessor João Martins de Brito, mas esse ato só se efetivou por decreto de 12 de junho de 1743. Deixou sucessão ilegítima. (FONTES:- 6:345 e 468; 7:51, 351 e 530 - *Rheingantz, Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, 1:375 - *Rio Branco, Efemérides Brasileira*, 433 - *ABN*, 46:443).

JOÃO MARTINS DE BRITO - Nascido em 1683, Juiz e Ouvidor da Alfândega, exerceu esses ofícios até 1754, pelo menos. Em 1750 houve recurso contra uma decisão sua, a de seqüestrar os bens do falecido tesoureiro da alfândega Pedro Vital de Mesquita, impetrado pela viúva deste. João Martins de Brito deixou pelo menos três filhos: Antônio, que o sucedeu na Alfândega, Joaquim e o Dr. André Martins de Brito, que foi escrivão da Câmara do Rio de Janeiro. (FONTES:- *AMUL*, 8:31, 120, 208 e 289 - *ABN*, 46:443 e 50:257 e 365)

DAMASO F. CAMPOS - Substituiu interinamente a Antônio Martins de Brito, como Juiz da Alfândega, em 1758. Havia arrematado os ofícios de Juiz e de Escrivão da Balança da Alfândega. (FONTE:- *PAN*, 8:285)

ANTÔNIO MARTINS DE BRITO - Filho do seu antecessor, esteve no exercícios dos ofícios de Juiz e Ouvidor da Alfândega do Rio de Janeiro de 1755 a 1777, pelo menos. Já em 1747 era o substituto legal desses cargos. Por volta de 1780, envolvido em irregularidades, foi privado da propriedade do cargo e “substituído por magistrados da Relação, até entrar em propriedade vitalícia o desembargador José Antônio Freire”. Fellisbello Freire o chama, erradamente, de Antônio Máximo de Brito. (FONTES:- *AMUL*, 8:358 - *ABN*, 50:471 e 71:46 - *Felisbello Freire, Hist. da Cidade do Rio de Janeiro*, 2:825/826 - *Mons. Pizarro e Araujo, Mem. Hist. do Rio de Janeiro*, 7:145)

JOSÉ ANTÔNIO DA VEIGA - Desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, era Juiz e Ouvidor da Alfândega no começo de 1792. Em 20 de junho desse ano, o Vice-Rei escrevia à Corte, avisando que o Desembargador se recolhia ao Reino e mencionando os serviços que prestara, no Tribunal e na Aduana. (FONTES:- *Ofícios dos Vice-Reis*, 157 - *ABN*, 59:266)

JOSÉ ANTÔNIO RIBEIRO FREIRE - Juiz e Ouvidor da Alfândega, exerceu esses ofícios de 1801 a 1813, pelo menos. Era desembargador também. Foi nomeado em “remuneração de serviço de auditor dos regimentos enviados no ano de 1793, por parte de Portugal, a Roussillon, em auxílio da Coroa da Espanha”. Ou seja, participou da malograda invasão da França, durante a Revolução, por exércitos luso-hispânicos. Na Biblioteca Nacional existe um manuscrito de sua lavra, “Mapa dos Officiaes e mais pessoas empregadas na Administração da Alfandega desta Cidade...”, datado de 16 de setembro de 1801. (FONTE:- *ABN*, 104:3/4 e 15 - *CEHB*, 1:560 - *Mons. Pizarro e Araujo, Mem. Hist. do Rio de Janeiro*, 7:145)

LUÍS JOSÉ DE CARVALHO E MELO - Desembargador do Paço e Juiz da Alfândega, exerceu este ofício de 1813 a 1822, pelo menos. Foi também, em 1816, Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, no Rio de Janeiro. (FONTES:- ABN, 104:74 - RIHGB, 268:237 e 259 - Mons. Pizarro e Araujo, Mem. Hist. do Rio de Janeiro, 7:145)

CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO - Português, nascido entre 1758 e 1762, formado pela Universidade de Coimbra, foi nomeado Intendente do Ouro no Rio de Janeiro em 1791. Em 1794 era Presidente da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro. A seguir foi nomeado Governador de Mato Grosso, sendo transferido para igual cargo em Pernambuco em 1804. Nomeado Governador de Angola, no ano seguinte, os pernambucanos não o deixaram partir, pelo que o Regente D. João o manteve em Pernambuco. Em 1809, tomou posse, por procurador, do lugar de Conselheiro de Capa e Espada do Conselho da Fazenda. Em 1817, ainda era Governador de Pernambuco e Presidente da Junta da Real Fazenda daquela capitania, quando estalou a Revolução Pernambucana. Derrotado pelos rebeldes, Miranda Montenegro capitulou e foi obrigado a embarcar para o Rio de Janeiro, onde, responsabilizado pela derrota, foi recolhido preso à Ilha das Cobras. Ficou preso por vários anos, até que, libertado, foi nomeado Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro, provavelmente em 1822. Logo depois ocupou a pasta de Ministro da Fazenda e depois a de Ministro da Justiça. Em 1825, foi feito Visconde da Praia Grande e depois Marquês. Morreu tão pobre que suas dívidas foram pagas pelo Imperador. (FONTES:- EDIJ, 13:7541 - RIHGB, 21:178 e 268:253 - ABN, 59:329)

ANTÔNIO GERARDO CURADO DE MENESES - O último Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro encontrado nesta pesquisa, estava no exercício do cargo em 1826, conforme Relatório da Fazenda desse ano.

Inspetores da Alfândega

SATURNINO DE SOUSA E OLIVEIRA - Um dos mais ilustres chefes da Alfândega. Irmão do Visconde de Sepetiba, fluminense, nascido em 1803, formado em Direito em Coimbra, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, onde foi o primeiro juiz de paz, depois que esse cargo foi criado. Nos distúrbios dos primeiros dias da Regência teve destacado papel, agindo com energia e coragem, esmagando uma rebelião ocorrida na capital. Nomeado Inspetor da Alfândega (também o primeiro no cargo), em 28 de novembro de 1833, teve um sério incidente pouco tempo depois, com o Ministro da Fazenda, Castro e Silva, mas Saturnino conseguiu se manter no cargo. Foi Presidente do Rio Grande do Sul e Deputado pelo Rio de Janeiro. Em 1847 ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, as pastas da Fazenda e da Justiça. Fazia parte do Conselho do Imperador e do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, e era Comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 1848. Deixou descendentes e publicou várias obras. (FONTE:- EDIJ, 18:10883)

JOÃO SILVEIRA DO PILLAR - Exerceu interinamente o cargo de maio a agosto de 1834. (FONTE: *Correio Oficial*, 1834)

JOAQUIM TEIXEIRA DE MACEDO (interino) - Angolano, natural de São Paulo de Loanda, onde nasceu em 13 de setembro de 1795, ingressou no serviço público como funcionário da Caixa de Amortização. Serviu em várias comissões no Exterior, inclusive para a liquidação da conta geral da caixa de Londres, por onde se faziam os empréstimos externos, e a liquidação da conta com o reino de Portugal em 1832. Passou depois à Alfândega, onde, por diversas vezes, especialmente em 1836 e 1848, substituiu interinamente o Inspetor Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho. Foi um dos fundadores do Montepio de Economia dos Servidores Públicos. Era oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro de Cristo e Guarda Roupas do Imperador Pedro II. Escreveu e traduziu várias obras, entre as quais a História do Brasil, de John Armitage. Faleceu em 1853. (FONTE:- *Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico*, 4:247-*Correio Oficial*, 9/1836)

LUIZ DE MENEZES VASCONCELOS DRUMMOND - Foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, por volta de 1841. Nesse mesmo período foi Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

FELICIANO NUNES PIRES - Dele só descobrimos o que Sacramento Blake informa: “Natural da província de Santa Catarina e filho de Antônio Nunes Ramos e de D. Maria Joaquina Pires, faleceu a 12 de setembro de 1840 na cidade do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de inspetor da alfândega da dita cidade, donde passou a administrar a província do Rio Grande do Sul; representou esta província de 1827 a 1829, como deputado suplente; deu-se na mesma província ao magistério, lecionando latim e outras matérias, e também ao foro, como advogado provisionado. Antes disto presidiu sua província natal. Além dos relatórios que publicou neste e em igual exercício no Rio Grande do Sul, escreveu: “Grammatica da língua ingleza” (FONTE:- *Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico*, 2:324)

JOSÉ MARIA DA TRINDADE - Pernambucano de Recife, onde nasceu em 1828, bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, ingressou no serviço público, em 1850, ao tempo em que era estudante, como amanuense da Tesouraria de Pernambuco. Subiu rapidamente na carreira, apesar da origem humilde, e logo foi nomeado Inspetor da Tesouraria do Rio Grande do Sul, Inspetor da Alfândega da Bahia e Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro. Aposentou-se como Contador do Tesouro Nacional, em 1878. Deixou várias obras publicadas, sobre Direito Eclesiástico, Imposto do Selo e Terrenos de Marinha. Faleceu em 1893. Era Comendador da Ordem da Rosa. (FONTE:- *Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico*, 5:57)

MANUEL DO NASCIMENTO MONTEIRO - (interino) (*Gazeta Official*, 2/1/1847)

JOAQUIM TEIXEIRA DE MACEDO - Exercendo interinamente o cargo em 1º de maio de 1847 e 4 de janeiro de 1848. (*FONTE:- Gazeta Official*)

SATURNINO DE SOUSA E OLIVEIRA - Exercendo o cargo pela segunda vez, no período de 5 de setembro de 1846 a 27 de março de 1848.

JOAQUIM TEIXEIRA DE MACEDO - (antes de 1853)

FRANCISCO DE PAULA NEGREIROS SAYÃO LOBATO - Visconde de Niterói, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, nasceu no Rio de Janeiro em 1815. Juiz de Órfãos de Niterói, em 1835, Juiz de Direito em 1838, Chefe de Polícia da Bahia em 1840, Deputado e Senador pelo Rio de Janeiro, foi Ministro da Justiça em 1861 e 1871. Abolicionista entusiasta, foi Inspetor da Alfândega do Rio, em data que não conseguimos apurar, mas que presumimos posterior a 1856. Faleceu em 1884. (*FONTES:- EDIJ*, 11:6641 e 17:10405 - *Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico*, 3:79)

ANTÔNIO EULÁLIO MONTEIRO - Exercia interinamente a chefia da aduana do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1859. Em 1874, era Ajudante do Inspetor da mesma alfândega. (*FONTES:- Relatório da Comissão de Inquérito na Alfandega da Corte*, 73 - *Manual do Empregado da Fazenda*, 1874:294)

ANTÔNIO NICOLAU TOLENTINO - Possivelmente catarinense, ingressou no serviço público em 1837, como segundo escriturário da Contadoria Geral de Revisão do Tesouro Nacional. Exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro de 31 de dezembro de 1861 a 20 de novembro de 1862, pelo menos. Mais tarde, foi Oficial Maior do Tesouro Nacional, cargo no qual se aposentou. Foi Diretor da Academia de Belas Artes, Presidente da Caixa Econômica e do Monte de Socorro, Conselheiro do Império, Grande Dignatário da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Publicou diversas obras. (*FONTE:- Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico*, 1:272).

JOAQUIM ANTÃO FERNANDES LEÃO - Mineiro de Queluz, hoje Concelho Lafaiete, onde nasceu em 1809, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ingressou no serviço público em Ouro Preto, onde foi promotor público e Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Senador por Minas, presidiu as províncias do Rio Grande do Sul e da Bahia, e ocupou as pastas da Marinha, em 1848, e da Agricultura, em 1868. Foi Diretor Geral das Rendas Públicas, em 1869, e exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro de fevereiro de 1863, pelo menos, a 6 de junho de 1863, quando foi dispensado. Era do Conselho do Imperador, Comendador da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu em 1887 (*FONTES:- Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico*, 4:83 - *EDIJ*, 11:6442)

BENTO JOSÉ FERNANDES DE BARROS - Exercia interinamente o cargo em 25 de fevereiro de 1863. No ano anterior fora Inspetor da Alfândega de Pernambuco. Presumimos que seja o mesmo Bento Fernandes de Barros, cearense, que depois foi Juiz de Direito em Joinville, Santa Catarina. (FONTE:- *Sacramento Blake, Dicionario Bibliographico, 1:397 - Relatório da Fazenda de 1862, anexo B*)

FRANCISCO XAVIER PAES BARRETO - Pernambucano de Cimbres, onde nasceu em 1821, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1842. Iniciou a vida pública como suplente do Juiz Municipal de Goiana-Pe, donde passou a promotor público em Recife, em 1848, Juiz de Direito de Limoeiro, em 1854, e, logo depois, chefe de polícia de Alagoas e do Piauí. Presidiu a Paraíba ainda em 1854 e o Ceará em 1855. Em 1857 dirigia o Maranhão, passando para a Bahia em 1858. Foi Ministro da Marinha em 1859 e Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1864. Foi nomeado Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1863. Faleceu pobre pouco tempo depois, em 1864. (FONTE:- *EDIJ, 2:1236.*)

BERNARDINO JOSÉ BORGES (interino) - Carioca, filho do Capitão de Milícias Lino José Borges, nasceu em 1826. Perdeu o pai quando ainda estudava humanidades, razão pela qual ingressou no serviço público, para ajudar as despesas da família. Caiu nas graças do Barão de Uruguaiana, Angelo Muniz da Silva Ferraz, que então preparava a nova Tarifa das Alfândegas; este o escolheu para seu auxiliar nessa difícil e longa tarefa, que levou dois anos para ser concluída. Nomeado administrador do trapiche da Ilha das Cobras, grande auxiliar da Alfândega da Corte, Inspetor das Alfândegas de Salvador, em 1874, Rio Grande e de Paranaguá e Chefe de Seção na Alfândega do Rio de Janeiro. Nesta qualidade, substituiu o Inspetor por várias vezes. Estava no exercício do cargo de Inspetor em julho de 1865. Foi depois Chefe da Recebedoria do Rio de Janeiro, por volta de 1879. Era dignatário da Ordem da Rosa. Publicou diversos trabalhos técnicos e algumas poesias. (FONTE:- *Sacramento Blake, Dicionario Bibliographico, 1:405 - Manual do Empregado da Fazenda, 1874:311 e 1879:318*)

FÁBIO ALEXANDRINO DE CARVALHO REIS - Maranhense de Itapicuru-Mirim, onde nasceu a 13 de outubro de 1815, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Olinda em 1838. Nomeado Coletor-Geral das Rendas do Maranhão em 1840, passou a Procurador Fiscal em 1842. Dez anos depois, o Visconde de Itaboraí, seu adversário político, o nomeou Inspetor da Alfândega do Pará. Em 1863, foi removido para igual cargo em Recife, e, em 1864, para a chefia da aduana carioca. Foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro até 1867, quando deixou o serviço público, por ter sido removido para o Rio Grande do Sul. Reintegrado em 1872, foi nomeado Inspetor da Alfândega de Recife, de onde passou, em 1882, para a da Bahia, aposentando-se a seguir. Faleceu no Rio de Janeiro em 1890. Foi deputado no Maranhão e deixou numerosas obras publicadas. (FONTE:- *Sacramento Blake, Dicionario Bibliographico, 2:317*)

JOSÉ MACHADO COELHO DE CASTRO - Exercia o cargo em 1869. (FONTE:- *Manual do Empregado da Fazenda, 1869*)

BENVENUTO AUGUSTO DE MAGALHÃES TAQUES - Exerceu o cargo de Inspetor de 1873 a 1876. Era Conselheiro do Império. (FONTE:- *Manual do Empregado da Fazenda, 1873, 1875 e 1876*)

ANTÔNIO PEDRO DA COSTA PINTO - Nasceu em 1839 no Rio de Janeiro. Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, ingressou no serviço público como Delegado de Polícia. Mais tarde passou a ser oficial do Contencioso do Tesouro Nacional. Inspetor da Alfândega de Santos em 1877, foi nomeado para chefiar a aduana carioca em 1878, mantendo-se nela até dezembro de 1879.

O Ministro Gaspar da Silveira Martins, encontrando-o em Santos, presidindo uma Comissão de Inquérito, insistiu pela sua volta à Alfândega do Rio. Costa Pinto se recusou, ocorrendo violento atrito entre ele e o Ministro. Costa Pinto, ofendido, demitiu-se e abriu um escritório de advocacia. O Ministro Gaspar Silveira Martins, em vão, tentou convencê-lo a retornar ao serviço público, mas Costa Pinto preferiu se manter na advocacia. Os negócios forenses o levaram à presidência do Banco Predial e do Banco de Crédito Garantido. Foi convidado por Floriano Peixoto para exercer o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas, mais uma vez, recusou-se a voltar ao serviço público. Foi um dos mais distintos provedores da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Faleceu em 1901. (FONTE:- *Silva Leme, Genealogia, 6:267 e 279 - José Vieira Fazenda, Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, 211*)

ANTÔNIO LUIZ FERNANDES DA CUNHA - Ocupou altos cargos no Tesouro Nacional, inclusive o de Inspetor da Tesouraria de Fazenda no Rio Grande do Sul, em 1867, e da Bahia, em 1874, e foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em 1879, ocasião em que publicou “Enumeração das rendas e impostos, que são cobrados nas alfândegas do Império”. Mais tarde, em 1881, foi um dos Diretores-Gerais do Tesouro Nacional. Também havia sido Inspetor na Alfândega de Rio Grande, em 1865. (FONTES:- *CEHB, 2:1152 - Manual do Empregado da Fazenda, 1874:309*).

CARLOS AMÉRICO DE SAMPAIO VIANA - Baiano, Barão de Sampaio Viana, nasceu em 1835. Em 1876, era Ajudante do Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro. Depois de servir altos cargos no Tesouro Nacional foi nomeado, em 1879, Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, cargo que serviu até a Proclamação da República, em 1889. Era Comendador da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo, de Portugal. Participou da comissão que foi à Europa estudar os sistemas tarifários e o parque industrial de diversos países. Publicou, ao voltar, um importante relatório sobre esses assuntos. Fazia parte do Conselho do Imperador. (FONTES:- *Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico, 2:43 - Manual do Empregado da Fazenda, 1876:234 e 1879:313*)

UBALDINO DO AMARAL FONTOURA - Nomeado Inspetor em 17 de novembro de 1889, dois dias após a Proclamação da República, não ficou muito tempo no cargo. Foi depois Diretor do Banco da República do Brasil.

ALEXANDRE AFFONSO DA ROCHA SATTAMINI - Personagem importante na História do Rio de Janeiro, nome de rua na Zona Sul, o Dr. Sattamini foi um dos primeiros Inspetores da Alfândega após a Proclamação da República, em 1889. Afastado em 1890, voltou ao cargo em 1892. Havia sido Guarda Mor da mesma alfândega em 1879. (FONTE:- *Manual do Empregado da Fazenda, 1879:316*)

ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUSA BOTAFOGO - (1890)

ALEXANDRE SATTAMINI - Segunda vez. (1892-1/10/1893)

A. HASSELMAN - Era “ajudante servindo de inspetor” em 1894. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO FRANCISCO DE PAULA E SILVA - Foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro por três vezes, uma em 1897, outra em 1915, e a última em 6 de agosto de 1919. Havia sido Inspetor da Alfândega de Santos de 1884 a 1887. Era Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

HONÓRIO ALONSO BAPTISTA FRANCO - Ao que parece serviu duas vezes como Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, a primeira em 1898 e a segunda em 1905. Ainda em 1905, parece que exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega de Pernambuco. Em 1909, presidia concurso no Ministério da Fazenda, na qualidade de “Inspetor extinto da Alfândega do Rio de Janeiro”. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO LINDOLPHO CÂMARA - Era o Inspetor em 11 de agosto de 1906. Voltaria a ocupar o cargo em 1918 e 1930. Foi também Diretor da Recebedoria do Rio de Janeiro. Era Conferente da Alfândega. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

L. A. CORRÊA DA COSTA - Nomeado por decreto de 22 de novembro de 1906, permaneceria no cargo em 1907 e 1908. Era Conferente da Alfândega. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

HORMINO RODRIGUES LOUREIRO FRAGA - Havia sido Inspetor da Alfândega de Recife de 1897 a 1901. Foi Inspetor no Rio de Janeiro de julho de 1909 a 1910.

DÍDIMO AGAPITO DA VEIGA FILHO - Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro durante o período 1911-4/1913. Ocupou outros altos cargos no Ministério da Fazenda. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

CRESCENTINO BATISTA DE CARVALHO - Havia sido Inspetor da Alfândega de Rio Grande, de 1897 a 1905, e de Santos, em 1910. Em 1892, era 3º escri-

turário da Tesouraria do Rio Grande do Sul, quando foi nomeado escrivão da Pagadoria da cidade do Rio Grande. Estava no exercício do cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em Novembro de 1913. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO FRANCISCO DE PAULA E SILVA - Esteve em exercício de 1915, pelo menos, até 13 de setembro de 1917. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

LUIZ VOSSIO BRIGIDO - Nomeado Inspetor da Alfândega em 13 de setembro de 1917, permaneceu no cargo até 10 de janeiro de 1918, quando passou a Diretor da Recebedoria do Rio de Janeiro. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO LINDOLPHO CÂMARA - Nomeado Inspetor em 14 de novembro de 1918, permaneceu no cargo até 6 de agosto de 1919. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO FRANCISCO DE PAULA E SILVA - Nomeado pela terceira vez, em 14 de novembro de 1919, permaneceu até 29 de março de 1921. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JÚLIO SYLVIO DE MIRANDA - Conferente da Alfândega do Rio de Janeiro, foi nomeado para o cargo de Inspetor em 29 de março de 1921. Ainda exercia o cargo em novembro de 1922. Havia começado a carreira como 4º escriturário da Alfândega de Pernambuco, em 1906. (FONTE:- *D.O.U. de 1/4/1921*)

JOÃO DUARTE LISBOA SERRA - Foi Inspetor de dezembro de 1924 a dezembro de 1925, pelo menos. Também foi Inspetor da Alfândega de Santos. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO PINTO DE SOUZA VARGES - Estava no exercício do cargo em maio de 1927. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO LINDOLPHO CÂMARA - Inspetor dispensado em 25 de dezembro de 1930. Em 17 de janeiro do ano seguinte já integrava a Comissão de Tarifas da Alfândega do Rio de Janeiro. Já ocupara o cargo de Inspetor da Alfândega em agosto de 1906. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

FRANCISCO CASTELLO BRANCO NUNES - Nomeado Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em 25 de dezembro de 1930, ficou no cargo até 1932. Havia sido antes Contador da Delegacia Fiscal do Acre, em 1913, e Inspetor das Alfândegas da Bahia, em 1923, e de Santos, de 1924 a 1925. Em 1934 era Diretor da Recebedoria do Distrito Federal. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOSÉ DOS SANTOS LEAL - Um dos que ficou maior tempo no posto de Inspetor da Alfândega carioca. Nomeado em 6 de julho de 1932, nele permaneceu até 1937. Havia sido Inspetor das Alfândegas de Porto Alegre, em 1928, de Manaus,

em 1929, de Recife, em março de 1930, e novamente de Porto Alegre, em dezembro de 1930. (FONTE:- *Almanaque do Pessoal do Ministério da Fazenda, 1933*)

INÁCIO TAVARES GUIMARÃES - Dispensado do cargo de Inspetor da Alfândega do Rio, em Janeiro de 1941, havia sido Inspetor da de Santos em 1936. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

XISTO VIEIRA FILHO - Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Amazonas, em 1917, foi, depois, Inspetor das Alfândegas de Recife, em 1922, e de Santos, em 1926. Em dezembro de 1930 era Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio de Janeiro. Foi nomeado Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1941, permanecendo no cargo até 1945. Foi também Diretor-Geral da Fazenda Nacional, no Governo Dutra, ao tempo do Ministro Correa da Costa. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

JOÃO TEÓFILO DE MEDEIROS - Nomeado em 1948. Parece ser o mesmo José Teófilo de Medeiros, que foi Inspetor da aduana de Santos em 1944. Parece ser também o mesmo que fora Inspetor das Alfândegas de Uruguaiana, em 1915, e Manaus, em 1916. Em setembro de 1949, era Presidente da Comissão de Similares. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

LEÔNCIO MARTINS MAIA - Estava no cargo de Inspetor em Agosto de 1949. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

FRANCISCO BADENES - Estava no exercício do cargo de Inspetor em maio de 1950. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

EURICO SERZEDELO MACHADO - Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras em 1949, foi nomeado Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro em julho de 1950 e dispensado em 19 de fevereiro de 1951. Em 1963 servia como Inspetor da Alfândega de Belém. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

ARMINDO CORRÊA DA COSTA - Nomeado em 19 de fevereiro de 1951, pela primeira vez, voltou ao cargo de Inspetor da aduana carioca em 1957. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

FELIZARDO TOSCANO LEITE FERREIRA FILHO - Exerceu o cargo de Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, desde fevereiro de 1954, pelo menos, e foi dispensado em 23 de setembro de 1954. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

ADALBERTO AMORIM GARCIA - Nomeado em 23 de setembro de 1954, permanecendo até fevereiro de 1956. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

ARMINDO CORRÊA DA COSTA - Estava em exercício pela segunda vez. Dispensado em 23 de julho de 1958. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

OSVALDO BELO DE AMORIM - Nomeado em 23 de julho de 1958. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

EPAMINONDAS MOREIRA DO VALLE - Já era inspetor da alfândega em junho de 1963; foi dispensado em 8 de maio de 1967. Havia sido Diretor-Geral do Departamento Federal de Compras, desde 1951. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

HERMAR MODERNESI WANDERLEY - Nomeado inspetor em 8 de maio de 1967. (FONTE:- *Diário Oficial da União*)

Inspetores da Receita Federal

BENTO AFONSO DOS SANTOS - Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional aposentado, oriundo da carreira de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, é formado em Engenharia Civil e Administração de Empresas. Havia sido Delegado da Receita Federal em Niterói, em 1969. Foi Inspetor da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro em 1970.

PEDRO SOARES BULÇÃO - Aposentado como Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, ex-Técnico de Tributação, foi Inspetor da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro de janeiro de 1978 a março de 1979. É formado em Direito.

JOSÉ MARIA DE MELO - Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional já aposentado, formado em Direito, exerceu o cargo de Inspetor da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro de março de 1979 a novembro de 1983. Foi também Conselheiro do 3º Conselho de Contribuintes de março de 1987 a agosto de 1990.

LUIZ SÉRGIO COELHO FERREIRA FRANÇA - Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional já aposentado, formado em Direito, com Pós-Graduação em Comércio Exterior e em Política e Administração Aduaneira, ex-Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, foi Inspetor de novembro de 1983 a agosto de 1984.

JUPY BARROS DE NORONHA - Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, já aposentado, ingressou na S.R.F. como Técnico de Tributação, em 1970. Foi Vice-Presidente da Comissão Nacional de Facilitação do Comércio Exterior de janeiro de 1988 a junho de 1992. Exerceu o cargo de Inspetor da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro de agosto de 1984 a julho de 1985. É formado em Administração e Economia.

MARILENE DE OLIVEIRA MARON - Técnica de Tributação, por concurso público de 1970, Auditora-Fiscal do Tesouro Nacional, é bacharel em Ciências Contábeis e Administração e tem Mestrado em Administração Pública. Exerceu o cargo de Inspetora da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro de julho de 1985 a agosto de 1986.

EGÍDIO GUIDI - Inspetor da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro em 1986/1987. Foi depois Delegado da Receita Federal de Santos em 1991. Havia sido antes Inspetor da Receita Federal no Porto de São Sebastião, em São Paulo. É formado em Administração, com Pós-Graduação em Administração Financeira e Tributária.

LEDA LEAL LEITE DA COSTA - Auditora-Fiscal do Tesouro Nacional já aposentada, ingressou no serviço público em 1970, como Técnica de Tributação. Foi Inspetora da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro de junho de 1987 a junho de 1988. É formada em Direito e Ciências Sociais, com Pós-Graduação em Política e Administração Aduaneira.

SERAFIM CIPRIANO PEREIRA - Ex-Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, foi Delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro-Centro/Sul de maio de 1989 a março de 1993. Hoje é Superintendente Regional da Receita Federal da 7ª Região Fiscal, desde junho de 1993. Exerceu o cargo de Inspetor da Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro de junho de 1988 a maio de 1989.

TÂNIA CARDOSO - Formada em Orientação Educacional e Filosofia, Auditora-Fiscal do Tesouro Nacional, exerceu o cargo de Inspetora da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro de maio de 1989 a março de 1992.

MARINHO JOSÉ MULLER - Auditor- Fiscal do Tesouro Nacional, formado em Matemática e Artes Industriais, exerceu os cargos de Inspetor da Alfândega do Aeroporto de Brasília, de janeiro de 1991 a março de 1992 e de Chefe da Divisão de Tributação da Superintendência Regional da Receita Federal da 1ª Região Fiscal. Foi Inspetor da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro de março de 1992 a junho de 1993.

Inspetores da Alfândega

TADASHI KONNO - Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, ex-Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, foi Diretor Geral do Departamento de Administração do Ministério da Fazenda, depois Secretaria de Serviços Gerais, de dezembro de 1981 a fevereiro de 1987. Exerceu também a chefia da Divisão de Controle Aduaneiro da Superintendência Regional da Receita Federal, da 7ª Região Fiscal.

Foi também Assessor no Gabinete do Ministro da Fazenda de agosto a dezembro de 1981. Assumiu a Inspetoria da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro em junho de 1993. É formado em Arquitetura e Contabilidade. (1993-1995)

AÉLIO DOS SANTOS FILHOS - Dirigiu a Alfândega do Porto do Rio de Janeiro de 1994 até 1999.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA - É o atual Inspetor, estando no exercício do cargo desde 1999.

BIBLIOGRAFIA

- ABN - Anais da Biblioteca Nacional. 105v.
- ACCIOLLY, Ignacio - de Cerqueira e Silva. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. 5v.
- Almanaque de Pessoal do Ministério da Fazenda, 1933
- AMP - Anais do Museu Paulista.
- AMUL - Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Archivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, -1936, 8 v.
- Anais do IV Congresso de História Nacional.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliense Editora, 1965.
- Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro.
- BOXER. C.R. Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- CALMON, Pedro. Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias de Frei Jaboatão. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. 2v.
- CARVALHO, Augusto de. A Capitania de São Tomé. Campos: Tip. e Lith. de Silva, Carneiro & Cia, 1888.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis.
- Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- História das Minas de São Paulo. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, (1964).
- CEHB - Catálogo da Exposição de História do Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1981. 3v.
- CMBN - Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Nacional. 4v.
- Correio Oficial
- COSTA PORTO. Nos Tempos do Visitador. Recife: Universidade de Pernambuco, 1968.
- DHBN - Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. 110v.
- Diário Oficial da União.
- EDIJ - Encyclopédia e Dicionario Internacional Jackson

- FREIRE, Fellisbello Firmo de Oliveira. História da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunais, 1912. 2v.
- Gazeta Oficial.
- LAMEGO, Alberto. A Terra Goitacá. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, (1913). 5v.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Brasileira, 1938-1950. 10v.
- Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro.
- MACEDO, Roberto. A Cidade do Rio de Janeiro. s.l: DASP/Serviço de Documentação, 1967.
- Manual do Empregado da Fazenda, 1869, 1873 e 1875.
- Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil, Os. Organizado por Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1958. 2v.
- MELLO MORAES, Alexandre José. Chronica Geral e Minuciosa do Império do Brazil... Rio de Janeiro, 1877, 2v.
- Ofícios dos Vice-Reis.
- PAN - Publicações do Arquivo Nacional.
- Pauleiceae Lusitana Monumenta Historica. Org. por Jaime Cortesão. Lisboa: Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1961. 3v.
- PEDRO TAQUES de Almeida Paes Leme. Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica. 3v. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, 3v.
- PIZARRO E ARAUJO, Mons José de Souza Azevedo. Memória Histórica da Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 10v.
- RAM - Revista do Arquivo Municipal. Prefeitura Municipal de S.Paulo.
- RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro.
- Relatório da Comissão de Inquérito na Alfândega da Corte.
- Relatório da Fazenda de 1826 e 1862.
- Revista de História.
- RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. Primeiras Famílias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. 2v
- RIHGB - Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- RIHGB/AHU/SP - Volumes especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico.

Catálogo dos Documentos sobre a História de São Paulo Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. 15v.

- RIHG/SP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- RIO BRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Diccionario Bibliographico Brasileiro. Ed. facsimilar 1970. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, 7 v.
- SERRÃO, Joaquim. Veríssimo. O Rio de Janeiro no Século XVI. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. 2v.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. Genealogia Paulistana. São Paulo: Duprat & Cia, 1904, 9v.
- TAUNAY, Affonso de Escragnole. História Geral das Bandeiras Paulistas. São Paulo: Tip. Ideal, 1924-1951. 11v.
- Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro.
- TOURINHO, Eduardo. Retratos Brasileiros.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975. 5v.
- V. Cy - Vivaldo Coaracy, O Rio de Janeiro no Século XVII. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.
- VICENTE DO SALVADOR, Frei. História do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- VIEIRA FAZENDA, José. Os Provedores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s.e, 1960.